|  |  |
| --- | --- |
| PROCESSO | 1000137823/2021 |
| PROTOCOLO | 1412788/2021 |
| INTERESSADO | D. F. K. A. LTDA (M. V.) |
| ASSUNTO | AUSÊNCIA DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA |
| **DELIBERAÇÃO Nº 058/2023 - CEP-CAU/RS** | |

A COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL - CEP-CAU/RS, reunida ordinariamente em Porto Alegre - RS, na sede do CAU/RS, no dia 8 de maio de 2023, no uso das competências que lhe confere o inciso VI do art. 95 do Regimento Interno do CAU/RS, após análise do assunto em epígrafe;

Considerando que a pessoa jurídica D. F. K. A. LTDA (M. V.), inscrita no CNPJ sob o nº 42.893.655/0001-86, depois de devidamente notificada sem regularizar a situação averiguada, foi autuada por exercer atividade afeita à profissão de arquitetura e urbanismo, sem, contudo, estar registrada no CAU;

Considerando o art. 52, *caput*, da Resolução CAU/BR nº 198/2020, que diz “*apresentada defesa ao auto de infração, esta será encaminhada à CEP-CAU/UF para apreciação e julgamento, com base em relatório e voto fundamentado do conselheiro relator designado dentre os membros da comissão”;*

Considerando o relatório e o voto fundamentado do conselheiro relator, pela manutenção do Auto de Infração nº 1000137823/2021 e pela redefinição do valor da multa aplicada pelo agente de fiscalização, para o valor de 5 (cinco) anuidades vigente na data da notificação, que corresponde a R$ 2.857,05 (dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e cinco centavos), com fulcro no art. 49, § 2º, inciso II, da Resolução CAU/BR nº 198/2020 e na Deliberação nº 005/2023 - CEP-CAU/BR;

**DELIBEROU:**

1. Por aprovar, unanimemente, o voto do relator, conselheiro Rafael Artico, decidindo pela manutenção do Auto de Infração nº 1000137823/2021 e pela redefinição do valor da multa aplicada pelo agente de fiscalização, para o valor de 5 (cinco) anuidades vigente na data da notificação, que corresponde a R$ 2.857,05 (dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e cinco centavos), com fulcro no art. 49, § 2º, inciso II, da Resolução CAU/BR nº 198/2020 e na Deliberação nº 005/2023 - CEP-CAU/BR, em razão de que a pessoa jurídica autuada, D. F. K. A. LTDA (M. V.), inscrita no CNPJ sob o nº 42.893.655/0001-86, incorreu em infração ao art. 35, inciso X, da Resolução CAU/BR nº 022/2012, c/c o art. 7º da Lei nº 12.378/2010, por exercer atividade afeita à profissão de arquitetura e urbanismo, sem, contudo, estar registrada no CAU;
2. Por informar o interessado desta decisão, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para, querendo, interpor recurso ao Plenário do CAU/RS, em conformidade com o disposto no art. 53, *caput* e § 1º, e no art. 71 da Resolução CAU/BR nº 198/2020;
3. Por informar ao interessado que o valor da multa pode ser quitado antes do trânsito em julgado, bem como pode ser parcelado mediante a emissão de Termo de Confissão e Reconhecimento de Dívida, conforme o disposto no art. 46 da Resolução CAU/BR nº 198/2020 e na Resolução CAU/BR nº 153/2017;
4. Por indicar ao interessado que a regularização do fato motivador deve ser realizada por meio do registro da empresa no CAU, uma vez que a empresa oferece em seu Objeto Social SERVICOS DE ARQUITETURA, tem como Atividade o CNAE 7111100 - SERVIÇOS DE ARQUITETURA, bem como utiliza a expressão “Arquitetura” na razão social, a fim de afastar a hipótese de continuidade da infração e abertura de novo procedimento ou processo de fiscalização, com a possibilidade de nova autuação e nova multa;
5. Após o trânsito em julgado, cientifique-se à Unidade de Fiscalização do CAU/RS, para que averigue a regularidade da situação que deu origem ao Auto de Infração do presente processo, nos termos dos artigos 75 e 76 da Resolução CAU/BR nº 198/2020.

Porto Alegre - RS, 8 de maio de 2023.

Acompanhada dos votos dos conselheiros Rafael Artico e Patrícia Lopes Silva, atesto a veracidade das informações aqui apresentadas.

**Andréa Larruscahim Hamilton Ilha**

Coordenadora Adjunta da Comissão de Exercício Profissional